

Pedagogia das competências: educação para a emancipação ou semiformação?

Caroline Vissotto*

Resumo

Este breve ensaio reflexivo objetiva problematizar sobre a pedagogia das competências, teoria que tem ganhado força e norteado as políticas educacionais brasileiras, sobretudo as mais recentes. A partir da crítica a esta forma de conceber a educação e a formação humana, fomenta-se o debate no intuito de ponderar sobre o tipo de formação que tal teoria tem em vista, relacionando-a com conceitos frankfurtianos de semiformação e indústria cultural. Por fim, recorre-se a Adorno, enfatizando o ideal de educação para a emancipação que se concretizará à medida que a educação possibilite a resistência, a contradição, o esclarecimento e fortaleça a luta contra a barbarização, considerada nesta perspectiva como posta pelas forças capitalistas que alienam e reificam os sujeitos em diferentes âmbitos da sociedade e se reproduz, também, na educação.

Palavras-chave: Pedagogia das Competências. Semiformação. Educação para a Emancipação.

Introdução

A disputa ideológica e o debate em torno da educação e seu papel social tem se sobressaído nos discursos reformistas das políticas educacionais brasileiras, impactando sobremaneira a população a qual se destinam tais políticas. Nos últimos anos essas questões têm se agudizado com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular da educação básica (BNCC) e, recentemente, da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação). Mudanças de paradigmas e novas demandas do mercado de trabalho requerem uma educação que forme indivíduos resilientes, criativos, flexíveis, dentre outras características que são salientadas pelos intelectuais orgânicos do capitalismo e chegam às instituições de ensino e à população pela via da implementação de políticas públicas educacionais.

A BNCC e a BNC-Formação (Resolução CNE/CP 02/2019) estão inseridas em um pacote de políticas reformistas que pregam a inovação em um currículo cuja base são as habilidades e competências, resultando em uma aprendizagem flexível, que preza a

* Pedagoga. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental na rede privada de Florianópolis – SC.
E-mail: carolvissotto.edu@gmail.com

adaptabilidade e a criatividade dos indivíduos para lidar com as adversidades do mundo globalizado.

A pedagogia das competências integra o grupo das teorias educacionais hegemônicas na atualidade. Traz em sua origem a relação com a psicologia do desenvolvimento, sendo amparada tanto pelo behaviorismo como pelo construtivismo (atualmente em sua versão neoconstrutivista, marca que a vincula às tendências pós-modernas) (SAVIANI, 2019). Mas apesar de ser aclamada como inovadora nas recentes reformas curriculares brasileiras, talvez não haja nada de novo na pedagogia das competências, a não ser o fato de reaparecer na retórica reformista com nova roupagem, para que não se torne evidente o neotecnicismo que tenta camuflar. A falácia conduz ao consenso de que realmente será a pedra de toque para a qualificação pessoal e profissional, ampliação de repertório e capital cultural, refinamento, conhecimento etc.

Entretanto, a presunção de que o processo de ensino deva ter a mesma objetividade da produção industrial (RAMOS-DE-OLIVEIRA, 1997) para atender a uma sociedade emergente economicamente e formar indivíduos que estejam ao alcance das novas demandas requeridas pelo movimento de globalização, tal qual os pressupostos da indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), perpetua a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. Dissemina valores e se esforça em proporcionar ao sujeito necessidades – que advém do sistema vigente. Não obstante, a educação que se concretiza no seio da indústria cultural resulta em uma semiformação (ADORNO, 2010), ou seja, uma não formação que acaba por constituir um indivíduo manipulado e ideologizado.

A pedagogia das competências, como princípio nuclear da formação, resulta em implicações relevantes na compreensão da função social da escola e no que deve ser ensinado e aprendido pela sociedade. Ademais, impacta sobremaneira na concepção de conhecimento, sendo este desvalorizado e relegado ao desenvolvimento de determinadas competências afirmadas como necessárias para (sobre)viver e conviver em um contexto construído e reconstruído em meio a constantes transformações.

Objetiva-se neste breve ensaio reflexivo fomentar o debate acerca da pedagogia das competências e o tipo de formação que ela pretende. Dessa forma, cabe ponderar sobre tais limitações da educação contemporânea que conduzem à semiformação, porém também problematizar a respeito de possibilidades para a concretização de uma educação que tenha por fim a emancipação humana.

Pedagogia das competências: breves considerações

O papel social das instituições de ensino e da educação de modo geral é marcado pela correlação de forças e ideologias que se travam em relação ao tipo de conhecimento que deve ser produzido para determinado tipo de sociedade e seu paradigma produtivo vigente e, por conseguinte, que tipo de ensino deverá ser valorizado e terá hegemonia.

De acordo com Enguita (1989), nos moldes de uma sociedade capitalista, a escola cumpre o papel de socializar os estudantes para as novas condições de trabalho. A relação trabalho e escola consolida-se, sendo que nesta aprendem a trabalhar, a assimilar as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade. Portanto, essencialmente conservadora, alinhada à reprodução da força de trabalho para o mercado capitalista e de reprodução ideológica da cultura e sociabilidade capitalista. Não obstante, este modelo de escola e ensino requer um professor em cuja formação estejam inculcadas as mesmas ideologias, em suma, delineando seu campo de atuação profissional, seus conhecimentos e práticas pedagógicas.

Desde os anos 1960/70, e com mais ênfase em 1980 e 1990, no intuito de preparar um grande contingente de trabalhadores para a empregabilidade, o argumento principal carregava sentidos de uma necessária qualificação, cujo conceito aos poucos foi se deslocando para o sentido de competência (RAMOS, 2006). Ao longo do período, estando o desemprego estrutural dentre as questões emergentes decorrentes das crises econômicas e a partir da justificativa de que substanciais mudanças ocorriam na esfera do trabalho, acabou por imputar ao próprio trabalhador a responsabilização por sua qualificação/desqualificação.

O consenso que prevalece na lógica da individualidade e da competitividade do mundo globalizado é de que cada sujeito deve adquirir no mercado educacional habilidades e competências que lhe são úteis e valiosas para angariar melhores posições no mercado de trabalho, cabendo à escola e ao professor a responsabilidade de proporcionar a formação do aluno, futuro trabalhador, de acordo com as competências requeridas pelo mercado (SAVIANI, 2019).

Em decorrência disso, ao longo dos anos, tem se fortalecido a ideia da educação como estratégia para alavancar o crescimento econômico e a modernização nacional e, dessa forma, corroborou para tensionar e estreitar relações entre educação e trabalho. Nesse contexto, aparece como importante subsídio o modelo de competência a ser investido na esfera educacional como pressuposto para que esta cumpra seu papel

social de acordo com o paradigma produtivo da sociedade, tornando-se referência para as reformas educacionais brasileiras (RAMOS, 2006). A pedagogia das competências objetiva atribuir sentidos práticos aos saberes escolares, nesse sentido, no currículo estruturado a partir de tal compreensão:

Em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se de situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2006, p. 221).

Esse entendimento permite perceber a conformidade desta e sua utilidade em relação às demandas proferidas pelos discursos acerca do novo perfil de trabalhador flexível.

A despeito de a pedagogia das competências não ser nenhuma novidade nas reformas educacionais (nacionais e internacionais), embora carregue ares de inovação, Duarte (2008) pondera que velhos paradigmas e teorias sobressaem com novo rigor na retórica de várias concepções contemporâneas de educação. Como mote para inculcar e perpetuar discursos e consensos e reforçando a ideia de educação como algo decisivo do ponto de vista econômico, como investimento, mercadoria, aproveitam-se da desqualificação do trabalhador para se beneficiar em um contexto de “[...] instabilidade, incerteza, vulnerabilidade a que estão expostos com o aumento do desemprego” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 100).

Ramos (2006), ao investigar tal teoria, salienta que apesar de haver outros argumentos em torno de sua alusão – como a promoção do desenvolvimento nacional por meio do maior investimento na educação, que implicará em proporcionar à população o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos –, o principal diz respeito às demandas decorrentes das transformações nos diferentes setores sociais – principalmente no econômico. Esse argumento centra-se, particularmente, nas sociedades emergentes, no interesse de constituir um novo sujeito, tanto na esfera coletiva quanto na individual, que tenha competência para conviver com as proferidas mudanças sociais (e instabilidades geradas por elas), tirando (criativamente) o melhor proveito das situações, da vulnerabilidade, das dificuldades, desenvolvendo resiliência, haja vista que se preza o bem-estar de países e pessoas.

Sob esse prisma, o paradoxo que se coloca é que, apesar de a pedagogia das competências justificar-se pela possibilidade de maior qualificação, salientando a importância das competências socioemocionais, visando a ascensão profissional,

criatividade, autonomia dos sujeitos para lidar com diferentes situações, dentre outros aspectos com viés positivo, o que poderia caracterizar uma emancipação pela via do esclarecimento, ao mesmo tempo, este tipo de esclarecimento não possibilita ao sujeito pensar e transformar a sociedade e sua própria realidade, desaguando na semiformação, característica da formação na indústria cultural.

Questões acerca da educação contemporânea

Tanto a Base Nacional Comum Curricular da educação básica quanto a Base Nacional Comum para Formação de Professores seguem a mesma lógica, fundamentada na pedagogia das competências, que tem corroborado na constituição (ou fabricação) estandarizada de práticas pedagógicas e de um perfil profissional, seja para o professor que está sendo formatado, seja para o estudante da educação básica que busca inserção no mercado de trabalho.

Freitas (2018, p. 11-12) pondera que a estruturação das bases nacionais esteve inserida em um “[...] movimento global de reforma da educação que pede mais padronização [...]”. Ramos-de-Oliveira (1998, p. 21) alerta: “quanto mais uniforme a realidade seja tornada, mais fácil de manipulá-la”. Nesse sentido, compreende-se aqui que a formação padronizada, uniforme, baseada em habilidades e competências, tem reproduzido os pressupostos da indústria cultural.

O conceito de indústria cultural propõe investigar a problemática da massificação cultural. De acordo com os pensadores frankfurtianos, Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural carrega características da esfera industrial moderna, exercendo nesta o ofício de arauto da ideologia dominante, o qual confere sentido a todo sistema. Pondera-se que a existência objetiva da indústria cultural na sociedade repercute de forma subjetiva, resultando na semiformação, portanto, os conceitos de indústria cultural e da semiformação tornam-se indissociáveis, já que um é consequência do outro.

Ainda em conformidade com os autores supracitados, a formação da consciência e a cultura estão entrelaçadas e o próprio movimento dialético da cultura (que tem importante peso na formação da consciência humana) acaba por possibilitar o surgimento da semiformação (ADORNO, 2010), ou seja, uma formação alienada porque desconectada da real compreensão das condições e da vida material concreta.

Dessa forma, havendo uma cultura hegemônica que reproduz a sociedade capitalista e visa a manutenção de estruturas vigentes através de formas de manipulação ideológica, a formação escolar (seja em nível básico ou superior), sendo

um dos meios de socialização dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, carrega em seu âmago tais contradições, podendo servir à semiformação, à adaptação dos indivíduos, à negação do desenvolvimento reflexivo e crítico.

A semiformação tem como resultado a reprodução e inculcação de valores regidos pela indústria cultural, tal como Adorno (2010) destaca, tendo como expoente a condição do homem como instrumento de trabalho e consumo, objetiva e subjetivamente. Nesse quadro, o conteúdo disseminado é mera aparência, pois a característica de reprodutibilidade da vida e das relações vale-se da produção de um conjunto ideológico de bens e serviços em larga escala a ser consumido pelos sujeitos receptores que, por não haver lugar para a reflexão, resultam alienados.

Desse ponto de vista, compreende-se que uma educação que requer a reprodução de meras competências como pressuposto formativo acarretaria por limitar percepções, interações e a troca dialógica de conhecimentos, tornando os espaços formativos inférteis e sem perspectiva de emancipação humana. A adaptação do sujeito às condições determinantes de uma sociedade que preza o lucro acima das pessoas e considera os indivíduos como insumo para atender aos interesses mercantis tem a marca da semiformação, tendo em vista que “[...] cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 105).

Entende-se que nesse contexto se insere a formação orientada pelas competências de aprendizagem, a qual inviabiliza a reflexão e não permite evidenciar ilusões presentes nas relações sociais engendradas na sociedade capitalista, ademais, não há mediação entre tradição (conhecimento produzido historicamente pela humanidade) e os sujeitos, acarretando apenas na “[...] relação direta entre informação e aplicação. Nesta relação direta o docente não possui autoridade alguma; é tão somente um facilitador de tarefas” (FERREIRA, 2007, p. 49), por conseguinte, o estudante é receptor consumidor passivo desta reprodução. Nesse ínterim, Ferreira (2007) pontua que com a pedagogia das competências há uma fragmentação do trabalho pedagógico nos pilares denominados por Adorno e Horkheimer, em a “Dialética do Esclarecimento”, de razão instrumental e emancipatória.

Nesta fragmentação, a razão instrumental passa por um processo de absolutização defendendo uma perfeita adaptação dos sujeitos na atual organização do trabalho, o que danifica a razão emancipatória por meio da desvalorização da tradição e, portanto, da memória cultural que é fonte de esclarecimento do ser humano enquanto ser social e histórico rumo a uma possível construção de maior qualidade de vida coletiva (FERREIRA, 2007, p. 47).

Entende-se que quando a educação perpetua a nefasta divisão do social entre trabalho intelectual e trabalho manual, resultando hierarquizada, parcelar e puramente formal, há dicotomização entre teoria e prática e os saberes-fazer didáticos e pedagógicos são usurpados, dando lugar à padronização de comportamentos e conhecimentos, proporcionando uma formação limitadora e empobrecedora, reproduzindo a reificação dos sujeitos e das relações.

Entretanto, para além de compreender o papel reprodutor da educação na sociedade, Adorno (1995) problematiza sobre o que é possível na educação. Dessa forma, considera que se faz necessário que a educação sirva de elemento fundamental para a humanização e a emancipação, o que ocorrerá à medida que cumprir sua tarefa mais urgente: desbarbarizar, ou seja, transformar a realidade resultante dos efeitos nefastos das relações e formação social de jugo capitalista e da dinâmica empobrecedora da indústria cultural que produz a consciência dos sujeitos.

Educar para a contradição e para a resistência, nas palavras de Adorno (1995), também pode ser entendido aqui como se posicionar contra a barbárie causada pela competitividade individualista que sobressai como necessária no processo educacional formativo dos sujeitos, para que sejam competentes o suficiente para atender ao mercado de trabalho, melhor dizendo: tomar partido contra a reificação dos sujeitos na sociedade capitalista, contra a semiformação.

Em consonância com as proposições do autor salienta-se que o aprender não é apenas saber o que fazer de imediato em diferentes situações, mas perpassa a compreensão e apreensão de outras perspectivas, de orientações, de outras dimensões de pensamento (ADORNO, 1995, p. 180), portanto, faz-se necessário superar o caráter instrumental utilitarista da formação proposta a partir da teoria da pedagogia das competências, que fragmenta o conhecimento e a prática pedagógica.

A partir disso, reitera-se a árdua tarefa de educação para a emancipação que, de acordo com Adorno (1995), reclama compreender que a condição de possibilidade de uma sociedade democrática é a constituição de um sujeito racional e livre. A emancipação pela via da educação, em posicionamento crítico quanto às estruturas sociais é condição para a formação de sujeitos capazes de questionar, resistir e superar as formas de opressão e sujeição postas pelo sistema em todas as esferas sociais e que, considerando o direcionamento e o conteúdo que carregam para as instituições de ensino, reproduzem-se, também, no âmbito da educação.

Considerações finais

A consolidação da ideologia de acumulação capitalista se deu (e ganha forças) de diferentes maneiras ao longo da história e em diferentes esferas da sociedade. Assim, é importante analisar as dimensões da vinculação da educação aos interesses produtivos e objetivos de desenvolvimento econômico mundial e nacional e de que forma se solidificam no âmbito das instituições de ensino.

Desse modo, ponderar sobre as reformas educacionais que prezam por uma educação cujo princípio nuclear é a pedagogia das competências, reclama compreender que intrinsecamente esta teoria visa a reprodução de um padrão industrial de formação para atender a um padrão industrial de sociedade. Neste texto entende-se que a pedagogia das competências corrobora para o que Adorno e Horkheimer (1985) denominam de semiformação, já que esta resulta dos processos de reprodução cultural e ideológica da sociedade, que segue em estrita continuidade de sua vigência, na repetição de padrões, valores e necessidades de bens e consumo, sem objetivar a mudança das condições concretas de produção e reprodução da vida material.

Dissemina-se a ideia de que a formação baseada em competências seria o melhor caminho para lidar com as transformações da sociedade globalizada. Reza o discurso de que esta seria capaz de preparar os sujeitos para que sejam emancipados, para que tenham autonomia para fazer escolhas e buscar por conta própria oportunidades e qualificações que lhes permitam ser mais competitivos e conquistar as melhores possibilidades de emprego. Ressaltam a importância do desenvolvimento de controle emocional, da criatividade, da flexibilidade. Ora, o mundo pede um novo perfil pessoal e profissional, tanto na esfera individual quanto coletiva: um ser resiliente, que crie e recrie sua própria realidade, que contribua para o bem-estar (de pessoas, empresas e da própria nação).

Apesar da aura positiva acerca da adesão aos seus postulados, ao contrário do que preza a (falsa) autonomia e emancipação dos sujeitos para enfrentar as adversidades, as forças capitalistas impetradas na educação que a colocam a serviço do capital causam um processo de esvaziamento do conhecimento, da formação, objetificando não apenas o processo educativo, mas os sujeitos que nele estão sendo formados, indo na contramão do que deveria ser uma educação para a emancipação.

Nesse sentido, faz-se mister a tarefa de romper com a lógica desta forma de conceber a educação que está relegada à semiformação porque subjugada às forças econômicas e ideológicas que reproduzem o sistema. Trata-se de uma tarefa coletiva que exige a construção de uma nova perspectiva com base em motivos e significados

que estejam em consonância com pressupostos democráticos, que caminhem para a possibilidade de transformação social fundada na vontade coletiva. Portanto, é tarefa que exige esclarecimento e que, por conseguinte, exige o esforço para a efetivação de uma formação que, pela via da educação, resulte na emancipação humana.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. S.; LASTÓRIA, N. (Orgs.). **Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- DUARTE, N. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERREIRA, I. F. **Discurso das competências: solidão, tecnicismo e semiformação do profissional docente**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/90296>>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- FREITAS, L. C. de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. Reflexões sobre a Educação Danificada. In: ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. **A Educação Danificada: contribuições à Teoria Crítica da Educação**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1997.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.
- SHIROMA, E.; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.